

## CAPÍTULO XXVII

### A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

O homem é justificado pela fé, sem as obras da lei. – rom. 3:28.  
A fé sem obras é morta.- Tia. 2:17

Estabelecidas as diferenças sacramentais entre os sistemas Protestante e Romano, estamos em condições de considerar o significado da justificação, que foi uma das duas doutrinas básicas e essenciais que dividiram a igreja Ocidental no século XVI, sendo a outra a autoridade final das Escrituras. A resposta à direta pergunta: “Como pode o homem tornar-se justo à vista de Deus?” – empolgou então, como nunca havia acontecido depois dos dias de Paulo, a atenção dos teólogos e do povo. Quando Lutero iniciou sua carreira, a própria expressão – “justificação pela fé” – colocada em destaque pelo Apóstolo dos Gentios, era quase uma novidade, se o não era inteiramente. Lutero e os outros Reformadores confiaram a solução do conflito às Epístolas aos Romanos e aos Gálatas. A Idade Média havia construído um passadiço eclesiástico, através do qual se havia de alcançar acesso a Cristo. Os Reformadores derrubaram a construção medieval e pediram que os homens aprendessem com S. Paulo o meio de acesso direto a Cristo, por meio somente da fé. Agostinho havia ensinado a completa incapacidade do pecador e fizera que este se voltasse para a igreja e para suas atividades sacramentais. Os Reformadores concordaram com o grande teólogo, ensinando a incapacidade do pecador, mas divergiram dele, recomendando ao pecador que se voltasse imediatamente para Cristo, sem intervenção de sacramentos ou sacerdote.

**§ 1. Pecado e Salvação.-** Protestantes e Católicos Romanos concordam em que todos os homens são pecadores e estão desamparados e perdidos, anão ser que intervenha a misericórdia divina. A teologia dos dois sistemas difere na definição do efeito da desobediência de Adão – uma enfermidade que enfraqueceu a vontade, como os sistemas católico romano, Pelagiano e Arminiano admitem, ou que acarretou a escravização da vontade ao pecado, idéia exposta nas Confissões Protestantes e conhecida como corrupção da natureza ou depravação total. Poucos teólogos protestantes desejariam repetir hoje a linguagem outrora usada sobre o assunto e menor seria o número dos que seguiriam a Fórmula de Concórdia, que comparava o homem natural a uma pedra, um bloco e um torrão e lhe negava a mais débil centelha de poder espiritual, ou a definição da Confissão de Westminster, de que os descendentes de

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Adão, em consequência do pecado deste, se acham “por igual indispostos, incapazes, inimigos de todo o bem e totalmente inclinados para todo o mal”. A atual posição protestante se expressa da mais branda definição dos XXXIX Artigos: “O pecado original, ou de nascimento, é a culpa ou corrupção da natureza de todo homem, em virtude da qual ele está muito longe da justiça original e é por sua própria natureza inclinado para o mal”. Por mais que as teologias protestantes e romana tenham discordado, ambas concordam em que todos os homens estão escravizados ao pecado e, para que sejam salvos, precisam receber a graça que vem do Alto e, todos quantos recebam a Cristo, a este é dado o direito de se tornarem filhos de Deus, a saber, aos que crêem em seu nome – João 1:12.

**§ 2. A justificação pela fé.-** A doutrina protestante do método pelo qual nos apropriamos dos benefícios da redenção de Cristo, é a justificação pela fé; e o método romano é o de ser o homem justificado pela fé e boas obras. Se Lutero, Calvino e as Confissões Protestantes deram grande importância à definição de fé e justificação, o Concílio de Trento dispensou correspondente cuidado à definição dos sacramentos e da teoria da graça sacerdotal e sacramental.

As palavras “salvação” e “justificação” não são equivalentes. A salvação é a condição preenchida; a justificação é o ato divino ou, segundo o conceito romano, o processo pelo qual o pecador é transferido para a condição de salvação. As palavras “salvo” e “salvação” aparecem muito no Novo Testamento. De quarenta vezes que as palavras “justificar” e “justificação” – *dikaioo* e seus cognatos – aparecem, Paulo as emprega por vinte e sete vezes e Tiago três. A argumentação do Apóstolo, na Epístola aos Romanos, gira em torno da afirmativa de que “o justo viverá pela fé” – Rom. 1:17, a palavra “justo” representando a tradução de um vocábulo grego que às vezes também se traduz, na Versão Autorizada, como “reto”. A expressão “justificar” pode significar “fazer-se justo”, como entende o teólogo romano e a versão de Rheims o confirma, ou “declarar justo”, como o entendem os protestantes. A última interpretação tem a seu favor o uso correto do grego. O evangelista – Lucas 7:29 - diz que “o povo justificou a Deus”, expressão em que dificilmente se poderia descobrir que o povo tornara a Deus justo, mas o que se queria expressar era que o povo proclamou a Deus como justo. A significação do pensamento de Paulo se torna clara pelo emprego que ele faz da expressão “imputar justiça”, empregada como equivalente de “justificar”, como quando

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

disse que “ao que crê em Cristo que justifica o ímpio, sua fé lhe é imputada como justiça” - Rom. 4:5; Gál. 3:6.

Os pontos de vista dos dois sistemas são os seguintes: 1. Para os protestantes, a justificação é a sentença legal, ou forense, de Deus, pela qual o pecador se isenta da culpa e se liberta do castigo do pecado, sendo-lhe a justiça de Cristo imputada ou atribuída como sua própria. Quando Paulo disse que “é Deus quem justifica”, sua idéia parece ter sido a de que Deus pronuncia sobre o pecador sentença judicial e, eximindo-o da punição do pecado e absolvendo-o da culpa, dá-lhe a vida eterna. Para o católico romano, a justificação é o processo pelo qual Deus perdoa ao pecador sua culpa e o santifica. A definição do Concílio de Trento estabelece que a justificação é “não somente remissão de pecados, mas santificação e renovação do homem interior, mediante a apropriação, da parte dele, da graça pela qual o homem se transforma de inimigo em amigo de Deus, e de ímpio que era se torna justo”. 2. Os protestantes sustentam que o ato de Deus, na justificação, é contemporâneo da fé. Até onde vai a ação do homem, a fé é ato salvador da alma. Lutero foi, como já se observou, imprudente, inserindo na declaração de Paulo em Romanos 3:28, de que “o homem é justificado pela fé sem as obras da lei”, a palavra “só”; mas nem por isso ele deturpou a lição paulina. A inserção havia sido feita antes, na Bíblia de Nuremberg, de 1483. O católico romano ensina, através das palavras do Concílio de Trento, que “pela guarda dos mandamentos de Deus e da igreja, a fé cooperando com as obras, crescemos naquela justiça que foi recebida pela graça de Cristo e somos ainda mais justificados”, sendo a palavra “justiça” usada pela versão de Rheims como equivalente da palavra “retidão”. 3. De sua definição da justificação, a teologia protestante faz derivar a doutrina da perseverança dos santos, isto é, a doutrina de que os que são justificados serão, certamente, salvos. Pelo ensino católico romano, a santificação, ou graça infusa, pode ser retirada, a não ser que o pecador preencha certas condições, que vêm a ser a recepção dos sacramentos com sua virtude, quer para remover os pecados, quer para conferir graça. Seja qual for o conceito que se formule acerca do meio pelo qual nos assehoreamos dos benefícios da propiciação, Lutero estava enganado quando fez da justificação pela fé o “artigo de que depende a estabilidade ou a queda da igreja”, segundo a denominou nos Artigos de Schmalkald, isto é, a doutrina de que depende a própria vida da igreja. O artigo vital à existência da igreja é a encarnação de Cristo e sua morte propiciatória.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

§ 3. **A Fé e as boas obras.**– No sistema protestante, a condição, do lado humano, de alcançar a justificação, é a fé; no sistema romano se exigem a fé e as boas obras. Em termos extravagantes, os polemistas e teólogos católicos romanos têm fomentado contra Lutero a acusação de que ele e os Reformadores entendiam por fé uma certeza interior, independente de uma vida justa. Os Reformadores não entendiam tal. Eles tinham em mente a viva, impulsionadora disposição de alma que, como as brasas da lareira despendem calor, deve necessariamente denunciar-se através de atos bons. Dando ênfase à fé como condição única de salvação, que o pecador é chamado a preencher, eles insistiam em que a plena confiança em Cristo, seguida de obediência à sua vontade, é tudo quanto se exige. A linguagem enérgica de que usavam deu lugar à acusação de que ensinavam que a fé cristã é alguma coisa que se possa ter à margem da vida correta, mas a acusação lhes deturpa os propósitos, que eram os de apontar para os méritos supremos de Cristo, como esperança única do pecador, desmentindo o conceito de que a submissão à igreja e o cumprimento das obrigações que as leis da igreja impõem sejam necessárias à obtenção do favor de Deus. As palavras “fé” e “crença”, segundo seu emprego no Novo Testamento, parece justificarem sua doutrina. Cristo operou seus milagres em resposta à fé. Não esperou que o cego se tornasse bom ou que passasse por um sistema de cerimônias. Disse-lhe: “Tua fé te salvou: vai em paz”. À mulher disse ele: “Mulher, grande é tua fé: faça-se-te segundo tua vontade”. Acerca do publicano, que batia no peito e clamava: “Ó Deus, sê misericordioso para comigo, pecador”, Cristo pronunciou o juízo de que o tal descera justificado para sua casa, e não o fariseu – Luc. 18:14. À pergunta dos discípulos, sobre que obras deviam fazer, Jesus respondeu: “Esta é a obra de Deus: que creiais naquele a quem ele enviou” – João 6:29 – e deu seguras garantias, ao dizer: “O que crê em mim já passou da morte para a vida”. O objetivo que o Apóstolo Paulo teve em vista, ao escrever sua Epístola aos Romanos, foi o de exaltar a fé como órgão através do qual os benefícios da propiciação são apreendidos, de modo que é verdade que Deus “justifica a circuncisão pela fé e a incircuncisão mediante a fé”; e: “o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei”. A fé não é uma convicção intelectual morta, inativa – ou Paulo não teria passado a insistir nos últimos cinco capítulos da Epístola, na retidão de conduta e sobre a boa ordem social. Tiago, cuja Epístola Lutero, em seu zelo de exaltar a teologia paulina, considerou “uma Epístola de palha”, provavelmente não se afastou muito de Paulo quando disse que “a fé operou com as obras de Abraão, e pelas obras foi aperfeiçoada”, visto que também afirmou que “a fé, se não tiver obras, é morta em si mesma”. Se os

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Reformadores se expressaram, ao tratar da fé, de maneira que se expusessem à acusação de preconizarem uma disposição isolada da boa conduta, os católicos romanos divulgaram um ensino antibíblico, levando o povo a usar da expressão “a fé”, como se no Novo Testamento a fé significasse o corpo de doutrinas cristãs. O que Lutero entendia por fé, ele o expôs extensamente no Prefácio a seu *Comentário sobre a Epístola aos Romanos*, ao dizer: “A fé é uma operação divina realizada em nós, que nos transforma e nos gera de novo. No coração, nas tendências, nas disposições e em todas as nossas faculdades, ela nos torna inteiramente diferentes do que éramos antes e consigo nos traz o Espírito Santo. É viva, operante, ativa e poderosa. Impossível é que ela não esteja constantemente fazendo o que é bom. Como é impossível separar da chama o calor e o brilho, assim é impossível que se separem a fé e as boas obras”. Em sua *Liberdade do Cristão*, ele fala da fé como o princípio que une a alma com Cristo, como a esposa se une a seu marido, de modo que o que Cristo ama a alma ama, e o que Cristo quer que se faça a alma o faz.

As Confissões Protestantes deram ao artigo sobre a fé lugar de primordial importância. A Confissão de Augsburgo declara que “os homens não podem ser justificados – obtendo perdão e justiça – diante de Deus, por suas próprias forças, méritos ou obras, mas são justificados livremente por amor de Cristo, mediante a fé”. Os XXXIX Artigos declaram a doutrina de “sermos justificados somente pela fé” – “mui consoladora e cheia de conforto”, ensinando que “somos reputados como justos diante de Deus somente pelos méritos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, pela fé e não por nossas obras ou merecimentos”.<sup>1</sup> Essas palavras foram repetidas nos Artigos elaborados para os Metodistas americanos, em 1784. João Wesley havia dado novo destaque ao fato de que o pecador é justificado pela fé – e a ele coube reavivar, de fato, a doutrina na Inglaterra.

O Concílio de Trento enfrentou a opinião protestante por meio de meticulosas definições rígidas, que ocupam um quarto do espaço total devotado a seus decretos. O Concílio pronunciou nada menos de trinta e três anátemas contra os que sustentam opiniões outras que não as suas, como, por exemplo, os que afirmem que as boas obras não cooperam com a fé na obtenção da justificação e que tais obras sejam meramente frutos da justificação. A fé é tratada especialmente como assentimento intelectual, como foi explanado por Sir Tomaz More, que escreveu no *Dial.*, p. 266: “aqueles luteranos abusam da palavra fé, com espírito malicioso para enganar o povo

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

inculto. Porque, em vez de a fé significar confiança e firme crença posta não só nas coisas que Deus prometeu, mas também em todas as verdades que ele revela a sua igreja... aqueles heréticos nos cegam com seus equívocos, pelos quais não só restringem a fé somente às promessas, separando-a de todos os outros artigos de fé, mas igualmente abusam da palavra fé, desviando-a astuciosamente da crença para a confiança, expectativa e esperança, podendo parecer que nossa fé nada mais seja senão esperança posta nas promessas de Deus”.

Quão longe estava Sir Tomaz de compreender o ensino dos Reformadores, demonstraram-no as palavras que ele empregou na *Súplica das Almas*, p. 309, ed. de 1557: “Que evangelho, a não ser o Evangelho de Lutero e o Evangelho de Tyndale, vos contou que as boas obras não são necessárias, mas que é sacrilégio e abominação ir além no agradar a Deus com quaisquer obras boas, e que não há purgatório...” O cardeal Belarmino – 1:5 – disse que “a fé que justifica não é confiança, mas exclusivamente o firme e certo assentimento a todas as coisas que Deus comunicou ao homem para que este creia – *solus assensus firmus ac certus*”.

Sobrepondo-se àquela definição de fé como convicção intelectual, como a possuem os demônios, que crêem e estremecem – Tia. 2:19 – e fé salvadora, que é a apreensão de Cristo como nosso Salvador e confiança nele posta. A idéia protestante foi bem definida por Tyndale, nas palavras dirigidas ao bispo de Rochester – *Obediência do Cristão*, p. 223: “Quando Rochester diz que, se só a fé justifica, então tanto os demônios como os pecadores que permanecem no pecado se salvarão – seu argumento não vale uma palha, porque nem demônios, nem os pecadores que permanecem no pecado e deleite, têm qualquer parcela da fé de que falava Paulo. O diabo crê que Cristo morreu, mas não crê que ele morreu por nossos pecados. Nem o homem que consente no coração a permanência no pecado crê que Cristo morreu por ele”.

Os teólogos católicos romanos defendem sua maneira de encarar a justificação, em parte, pela ausência, nos escritos dos primitivos Padres, de qualquer definição explícita da doutrina e sua abstenção de darem realce àquela doutrina. A omissão deve ser explicada pelo fato de que os Padres se preocupavam em insistir na Regra de Fé, e na aceitação desta como condição exigida dos que se tornavam membros da igreja cristã. Eles não debatiam contra sistemas de ritos e práticas inventados na Idade Média, como foi o caso dos Reformadores, mas lutavam contra o Paganismo. A

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

aceitação da Regra de Fé implicava na prática de virtudes que a Regra não menciona. Clemente de Roma parece ter seguido, todavia, a linha que Paulo traçou no sexto capítulo de Romanos, ao fazer derivar a santificação da justificação. “A fé – disse Inácio, em sua carta aos Efésios – é o vosso cabo e o amor o caminho que leva a Deus”. Em sua *Pregação Apostólica* - ns. 35, 87, 91, 95 – Ireneu, citando a passagem: “Abraão creu em Deus e isto lhe foi imputado como justiça”, diz: “Do mesmo modo somos também justificados pela fé. Todos os que cuidam da própria salvação devem tornar-se firmes e seguros por meio da fé”. A Regra de Fé guardou silêncio em torno dos sacramentos, assim como o fez no tocante à justificação.

**§ 4. As boas obras.-** A acusação de que Lutero e o sistema protestante amesquinham a obrigação e o valor da vida piedosa e ensinaram que a salvação é oferecida à fé independentemente de boas práticas, foi levantada desde o princípio pelo cardeal Sadolet e vem sendo repetida até nossos dias por escritores como Denifle e o cardeal Gibbons. O bispo Gilmour, em sua obra sobre *História da Bíblia para Jovens*, falsamente afirma que “Lutero pregava que a fé sem obras salvará”. Mais recentemente, o dr. Guilday asseverou que Lutero pregava a inutilidade das boas obras e negava “valor moral às ações humanas”. Tais acusações são fantasias do cérebro e decorrem da incompreensão ou do propósito deliberado de deturpar os ensinamentos da Reforma.

Polemistas católicos tem havido que chegaram ao extremo de ensinar que Lutero efetivamente inventara a doutrina da justificação pela fé, no intuito de arranjar uma capa para si mesmo e para outros que levassem vidas repreensíveis, e como meio de atrair para sua causa os libertinos e viciosos. Em resposta à acusação, deve-se recordar que Paulo fora obrigado a enfrentar igual injúria, quando o acusaram de ensinar ser legítimo fazer-se o mal para que venha o bem – Rom. 3:7. Quando se ergueu tal acusação contra Lutero, este a tratou, como costumava, como farsa ou com ironia, enquanto que Calvino reputou tais acusações como pura e simples calúnia. Para legitimar a acusação, no que se refere a Lutero, seus adversários lhe desviaram as palavras escritas da conexão natural, ou lhes emprestaram sentido falso. Por exemplo: muito se tem arquitetado sobre a linguagem que o Reformador empregou numa carta endereçada a Melanchthon, em 1521: “Peca e peca fortemente – *fortiter*”. É costume de alguns escritores romanos citarem aquela cláusula, omitindo a segunda: “Mas crê ainda mais fortemente e alegra-te em Cristo, que venceu o pecado, o mundo e a morte”. O intuito do escritor se perverte inteiramente, porque, se a passagem fosse lida até o fim,

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

ver-se-ia que Lutero queria dizer justamente o contrário do que se lhe tem atribuído – e ele conclui com as palavras: “ora poderosamente – *ora fortiter*”.<sup>2</sup> Parafrazeado, o texto de Lutero significa: “Prossigamos na carreira que eles chamam rebelião e heresia e façamo-lo com todas as nossas forças, porque temos a Cristo como nosso amparador e ele venceu o pecado”. Belarmino foi tão desleal, que representou deste modo a posição de Lutero: “se vieres com um saco cheio de boas obras e o apresentares, não serás apto a entrar no reino dos céus”. A asserção expressaria a atitude real de Lutero e dos protestantes, se Belarmino houvesse acrescentado as palavras: “não tiveres fé”.

O mais virulento dos caluniadores modernos, Denifle, que corretamente insiste em que “a fé opera por amor” – Gál. 5:6 – dedica página sobre página de sua *Vida de Lutero* ao esforço de demonstrar que o Reformador fabricou sua definição de fé para se justificar de uma vida licenciosa e carnal. As palavras que o *soi-dissant* biógrafo de Lutero repete a intervalos, soando como rebates de sino a anunciarem calamidade séria, a saber: - “a cobiça não pode ser dominada” – *die Begierlichkeit ist vollig unbesiegbar* – são um pedaço de cláusula, desviado de parágrafo tirado de um dos sermões de Lutero – sermão destinado a ensinar justamente o reverso daquilo que Denifle atribuiu ao monge odiado e herético. Lutero pregava sobre o texto: “Como a galinha ajunta seus pintainhos sob as asas, assim vos quis ajuntar” – e seu propósito era mostrar que somente pela união a Cristo e na obediência a ele é que os homens evitarão o pecado e dominarão o pendor para o pecado. O espírito de controvérsia se tem degradado a tais deturpações voluntárias, condenando o homem à custa do próprio ensino que ele se empenhava em condenar. É provável que Lutero houvesse recomendado vida boa e moral tão insistentemente como qualquer pregador mortal sempre o faz. “A fé – disse ele – é o fermento que leveda todo o homem. Esta vida não é um estado de piedade, mas o tempo de se tornar pio; não da saúde, mas de cura.<sup>3</sup> Deus não pergunta se te benzeste ou se adquiriste indulgência. O que ele deseja é uma vida correta!” Onde encontrar palavras que expressassem a verdade mais claramente! Em sua *Liberdade do Cristão*, disse sentenciosamente o Reformador que “as boas obras não fazem o homem bom, mas o bom homem faz boas obras. A verdadeira fé é viva e de modo algum pode ficar infrutífera. Ensinamos, pois, ao povo, que Deus não nos chamou para que seguíssemos contendas e libertinagem, mas, como disse Paulo, ‘Ele nos chamou para as boas obras, a fim de que andássemos nelas’”.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Como ensinava Lutero, assim ensinava Calvino. Respondendo ao cardeal Sadolet, disse o Reformador de Genebra que “essa calúnia nossos adversários sempre a têm na ponta da língua, isto é, que arrancamos o propósito de fazer o bem da vida cristã, exaltando a justiça gratuita. É verdade que negamos que as boas obras tenham qualquer parte na justificação, mas sustentamos que cabe ai justo inteira obrigação de fazer boas obras”. Suas palavras sobre Oséias 6:6 deviam ter fechado a boca dos caluniadores, como Denifle: “A fé por si mesma não pode agradar a Deus, porque ela jamais poderá existir sem amor a nosso próximo”. O que Lutero e Calvino ensinaram, ensinaram as Confissões protestantes: a fé, para que seja fé salvadora, deve governar toda a natureza e reduzi-la à obediência dos preceitos do Evangelho. A Fórmula de concórdia afirmava que a “verdadeira fé nunca está só, mas sempre tem consigo o amor e a esperança”; e uma das Confissões Helvéticas declarou que “a fé confiante – *fidúcia* – é sobretudo produtora de boas obras, uma vez que ela seja um ramo ligado à videira”. Finalmente, a Confissão de Westminster declarou que a “lei moral obriga a todos os justificados, assim como aos outros, à sua obediência”. Acusar os protestantes de sustentarem a doutrina da fé como pretexto para a dissolução, é denunciar a S. Paulo e estigmatizar o mundo protestante, como se, professando a linguagem do Decálogo e o Sermão do Monte, inventassem ao mesmo tempo uma definição doutrinária com o único intuito de desobedecer aos preceitos da Escritura, preconizando uma vida de conduta moral.

**§ 5. As boas obras e o mérito humano.-** Segundo a teoria protestante, as boas obras não têm parte no merecimento da graça perdoadora de Deus. Apela os protestantes para textos que declaram ser a vida eterna “livre dom de Deus” e que “a salvação é de graça, mediante a fé, não vindo de nós mesmos, mas sendo dom de Deus” – Rom. 6:23; Efé. 2:8. “Após terdes feito tudo quanto vos for ordenado” – disse Cristo – “dizei: somos servos inúteis.” As vestes nupciais eram livre dádiva. Em 31 de março de 1518, Lutero escreveu a Staupitz, expressando francamente qual era seu ponto de vista: “Ensino aos homens que não confiem em coisa alguma, a não ser em Jesus Cristo; nem em suas próprias orações, méritos ou obras, porque não somos salvos por nossos próprios esforços, mas pela misericórdia de Deus”.<sup>4</sup> As boas obras que os Reformadores recomendavam procedem da gratidão para com Deus, pela salvação e pelos benefícios diários da vida. Isto foi exposto pela Confissão de Augsburg, ao estabelecer que “devemos fazer boas obras, não no sentido de que possamos confiar em que, em atenção a elas, mereçamos graça, mas porque é da vontade de Deus que as pratiquemos”; e o

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

Catecismo de Heidelberg diz que: “com toda nossa vida devemos demonstrar nossa gratidão a Deus por sua bondade”. Estamos na obrigação de fazer boas obras, de acordo com a Segunda Confissão Helvética, “não para que, em as cumprindo, possamos merecer a vida eterna, mas para a glória de Deus, no intuito de adornar nossa vocação, mostrar nossa gratidão a Deus e tornar-nos úteis a nosso próximo”.

Em oposição a esses conceitos, o sistema católico romano ensina que a vida piedosa, em proporção à bondade que apresenta, merece recompensa à vista de Deus.; e que o homem adquire méritos pela obediência às leis baixadas pela autoridade eclesiástica, assim como pela guarda dos claros conceitos das Escrituras, ou, como o Concílio de Trento encara a matéria, “pela observância dos mandamentos de Deus e da igreja”. O Concílio ainda sustentou – 7: *proem.* – que “por meio dos santos sacramentos toda a verdadeira justiça – retidão – começa; ou, já estando começada, cresce; ou, tendo sido perdida, se restaura”. Seus decretos anatematizaram os que contestem que “pelas boas obras feitas pela graça de Deus e méritos de Jesus Cristo, o justificado mereça verdadeiramente aumento de graça, vida eterna e também acréscimo de glória”. Também foram anatematizados pelo Concílio os que disserem não ser necessária a “satisfação feita perante Deus, por meio de penitências impostas pelo sacerdote, ou das que sejam voluntariamente praticadas, como jejuns, orações, esmolas e outras obras de piedade, e assegurem que a melhor penitência seja meramente uma nova vida – *novum vitam*”.

Que a teoria Tridentina pareça ainda ser sustentada na comunidade romana, provam-no duas citações. Diz o padre Byrne, p. 78: “O que os católicos querem dizer por boas obras são a guarda dos Dez Mandamentos, a frequência aos sacramentos, orações, jejuns, esmolas, etc.” O dr. Carnevin, outrora arcebispo de Pittsburgh, depois de explanar, na terceira edição de seu “Guia do Inquisidor”, os Dez Mandamentos, enumera seis obrigações que a igreja impõe: 1. Ouvir missa nos domingos e dias de guarda; 2. Jejuar nos dias designados pela igreja; 3. Confessar-se ao menos uma vez por ano; 4. Comungar pelo tempo da Páscoa; 5. Contribuir para o sustento da religião; 6. Não desposar pessoa condenada pela igreja, nem em época e por meios proibidos pela igreja. Depois em sua explanação dos deveres, o arcebispo declarou incorrer em pecado mortal a pessoa que, maior de sete anos, comer carne às sextas-feiras ou em outros dias de abstinência.

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

A mandamentos eclesiásticos dessa espécie é que se referia a Confissão de Augsburgo, quando disse que a consciência dos homens tinha sido “oprimida pela doutrina das boas obras”. No século XVI o sistema de mérito chegara a incluir a obediência a coleções de prescrições eclesiásticas e cânones, e todas as espécies de penitências para remissão de pecados. Essas coisas foram abolidas pelos Reformadores, sendo consideradas “preceitos de homens”, assim como os preceitos dos fariseus tinham sido condenados por nosso Senhor, como coisas que levavam à negligência dos mandamentos mais importantes da lei, enquanto se dizimavam a hortelã, o endro e o cominho. Por esta razão, Lutero lançou ao fogo um exemplar da Lei Canônica, juntamente com a bula de Leão X. O assunto é bem explanado por um escritor recente, Peterson, quando diz que “a concepção religiosa radical da igreja, entre os católicos romanos, é a de que ela faz o pecador cair nas mãos dos homens, antes que nas mãos de Deus. Estamos tratando com uma instituição para a salvação que, a despeito de suas pretensões pomposas, se acha levedada e dominada pelo pensamento de homens semelhantes a nós”.<sup>5</sup>

**§ 6. Obras supererrogatórias.-** O sistema romano ensina que se podem realizar boas obras que excedam ao que o Evangelho exige, assegurando-se o mortal, por meio delas, um mérito extra. Essas obras, chamadas obras de supererrogação, da palavra latina que significa “mais do que é exigido”, possuem graça em si mesmas. É como se o estudante obtivesse a nota 100 *plus*, isto é, a perfeição e alguma coisa mais. O cardeal Belarmino descobriu apoio para essa espécie de mérito na passagem : - “Dai e dar-se-vos-á: boa medida, recalcada, sacudida, transbordando, vos porão no regaço” – Luc. 6:38. A principal obra de supererrogação é o martírio; mas, em regra, o excesso de mérito é recompensa da observância dos três votos monásticos: pobreza, celibato e absoluta obediência ao superior religioso. O ato de assumir os votos monásticos é chamado “conversão” – e os monges e freiras que os assumem são conhecidos como “os religiosos”. As três renúncias do casamento, da propriedade e da liberdade são o passaporte daqueles que as empreendem “para o estado preferível”. As coisas prescritas pelo Decálogo e pela consciência são matéria de obrigação: as renúncias são matéria de livre escolha - e nisto residem seus méritos. A distinção feita entre atos obrigatórios e os de opção provém do que disse Cristo ao centurião designado como o moço rico: “Se desejás ser perfeito, vende tudo que tens e dá-o aos pobres”, e das palavras de Paulo ao falar acerca do casamento: “Não tenho mandamento, mas dou meu parecer” – *consilium*

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

– Mat. 8:9, 19:21; I Cor. 7:5. O estado do religioso foi chamado por S. Bernardo e pelos escolásticos da Idade Média – o estado de perfeição, *status perfectionis* – e, com fundamento em Mat. 22:30, a “vida angélica”. A “religião”, significando a vida conventual – disse o cardeal Belarmino, *de mon.* 1:2 – “é o estado que conduz à perfeição cristã, através dos votos de pobreza, continência e obediência”.

Aqui não é lugar para entrarmos nos méritos da vida monástica. É suficiente que se diga que no século XVI, quando explodiu a Reforma Protestante, a profissão monástica era encarada como um segundo batismo, restaurando os que a faziam na inocência de uma criança. Dois batismos foram mencionados por Jerônimo: o batismo de água e o batismo monástico, um para remissão de pecados e outro para a perfeição. Tomaz de Aquino distinguiu dois caminhos de santidade: um pelo convento e outro de fora das paredes do convento. Disse ele que se alguém, por meio de um voto, dedica toda sua vida a Deus... esse, naquele caminho, já assumiu o estado de perfeição”.

Ao tomar o hábito, Lutero foi cumprimentado pelo prior, irmãos e padre confessor do convento, pelo fato de “ser tão inocente como uma criança, ao sair da pia batismal”. Melanchthon não podia ter interpretado mal o caso quando, no artigo sobre votos monásticos, incluído na Confissão de Augsburgo, declarou que era ensino romano de seu tempo que “a profissão de monge é superior ao batismo e que a vida monástica merece mais do que a vida de magistrados e pastores e outras gentes que seguem sua vocação, sem que sigam tais processos inventados de religião”. Prosseguia a Confissão dizendo “que se ensinava que só os monges estão em estado de perfeição e que só os mendicantes são perfeitos; quando, ao revés, amar sinceramente a Deus, aliviar as necessidades de cada um e ter fé constituem o estado de perfeição, e não excentricidades de vida, intriga ou vestimenta desprezível”. Adiante, a Confissão estatui que os monges pretendem que “vida monástica mereça remissão e justificação. Sim, afirmam que é um estado de perfeição e colocam-no muito acima de outras condições de vida que foram ordenadas por Deus”.

Os Reformadores totalmente negaram que pela obediência a regras divinas ou eclesiásticas o mortal possa alcançar merecimento à vista de Deus. Lutero se referia às obras supererrogatórias quando, nas resoluções enviadas a Leão X, disse que nenhum santo fez tanto quanto deveria ter feito; longe de fazer mais, nenhum deles fez tanto quanto deveria ter feito. Em seu tratado sobre as Boas Obras, o Reformador, com sua

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

habitual clareza e agudeza de expressão, discorreu sobre a origem humana da doutrina da supererrogação e o desapontamento que ela causa aos homens. “No educar filhos para o serviço de Deus” – disse ele – “os pais têm todas as preocupações e, assim fazendo, fazem obras muito boas. Ensinar-lhes a confiar em Deus e a teme-lo prover-lhes comida e bebida, dar-lhes, pela palavra e pelos atos, um bom exemplo e cuidar dos famintos e nus, dos presos e enfermos, e recolher os que estejam em necessidade – fazer tudo isso é cumprir as boas obras que Deus requer. Pode-se dizer que está servindo a Deus o homem que se escorrega para uma toca, onde não pode dar bons conselhos a ninguém, nem prestar auxílio a pessoa alguma? Aquele que queira servir a Deus, deve permanecer onde estão povo e fazer o bem de que seja capaz. Se tendes esposa, filhos, servos, vizinhos – em meio deles encontrareis bastante oportunidade de serdes bons e, fazendo-lhes o bem, melhor estareis servindo a Deus.” Lutero foi secundado por Calvino, que disse: “Ninguém pode fazer mais do que lhe é requerido. Quando tivermos feito tudo quanto Deus reclama, ainda seremos compelidos a confessar que somos servos inúteis”.

No Reino de Cristo – assim o crêem os protestantes – não há tal coisa chamada excesso de obras. Alguns são chamados mais cedo e outros o são mais tarde; uns para esta, outros para aquela ocupação; mas, uma vez chamados, cada um temo dever de fazer tudo quanto possa para obedecer aos mandamentos de Deus. Conforme se expressou Lutero em seu *Cativeiro Babilônico*, “as obras de frades e sacerdotes, por mais santas e árduas que sejam, em nada diferem do rústico mourejar do campo ou da lida em que se empenha a mulher nos afazeres domésticos”. As virtudes associadas à vida claustral, tais como domínio de si mesmo, paciência e bondade fraternal não são inculcadas mais encarecidamente no Novo Testamento do que as virtudes que os exercícios das ocupações ordinárias da vida reclama, no lar e na sociedade. Se alguém se retira para a solidão ou para o convento para escapar à tentação, esse ato pode merecer louvor, mas nada há que o recomende à vista de Deus. A permanência em um estado de incompatibilidade na sociedade, ou combater heroicamente contra as disparidades de competição financeira ou contra a adversidade, é ao mesmo tempo coisa certamente digna de louvor à vista dos homens e recomendável à vista de Deus. As boas obras que fazemos, a vida cristã que levamos, brotam como nascem os frutos de árvore que tinha sido bem plantada e regada. A controvérsia, outrora tão escaldante, entre os doutrinadores católicos romanos e protestantes, sobre a justificação e as boas obras,

deve ser coisa do passado. O pecador somente pode ser libertado da culpa e alcançar direito à herança cristã, pela graça de Deus; e todo o progresso que o cristão venha a alcançar em piedade e santidade, nunca excederá ao que o dever impõe e a gratidão exige. Por melhor que o cristão possa vir a ser neste mundo, ele ainda dirá com S. Paulo: “não julgo ter alcançado, mas prossigo em direção ao alvo, para obter o prêmio da vocação celestial de Deus em Cristo Jesus” – Fil. 3:13.

### **Bibliografia e Notas**

Cat.: *Trid. Decrees VI.* – Belarmino, *de just., de bonis opp.*, pp. 400. – Mohler. – Vida de Lutero, de Denifle e Grisar.- Bruno, pp. 347-368. Prot.: *Augsb. Conf.* 4 - *Apol.* 2; *Form. Conc.* 3; *2 Helv.* 15; *Heidelb.* 60; *Gallic.* 18; *Belg.* 22; *Scotch* 12; *Dort.* 3; *Westm.* 1-6, 11, 12. – XXXIX Artt. 11, 12; Lutero: *Freedom of a Christ. Man; Parable of the Wicked Mammon.* – Jewel: *Apol. - Hist. of Doc.* por Loofs, etc., - Schaff: *Principle of Protm.*, 1846. – Wace: *Principles of the Refn.*, 1883.

1. Essa era a opinião dos Reformadores Ingleses, Tyndale, Hooper, etc. O bispo Hooper, *Later Writings*, p. 59, disse: “Eu chamo fé justificadora certa segurança e profunda persuasão da boa vontade, amor e graça de Deus para conosco, pelos quais temos a certeza em nossos corações de que ele está a nosso favor e ser-nos-á um Pai misericordioso, livremente perdoando nossos pecados em seu Filho e por seu Filho somente, e não por nossos méritos ou boas obras”. Diz Bruno: “A justificação pela fé foi uma invenção de Lutero, cujo propósito, assim como outros Reformadores, era o de desviar o povo, sob o pretexto de o tornar independente dos sacerdotes, nas mãos dos quais nosso Salvador havia posto a administração do perdão e da graça”.

2. O homem a quem Lutero escrevia, Melancthon, era de timidez invulgar e precisava ser encorajado pela linguagem de Lutero, ríspida, mas cheia de convicção. Smith, *Cor.* 2, 57, dá como significado da carta de Lutero, “Sede homem e cristão. Como homem pecareis, mas quando tiver descometido pecado, não fiquéis estarecido por medo das conseqüências, mas sede intrépido na fé, porque Cristo morreu pelos pecadores”.

3. *Der Sauerteigist der Glaub. So dies Leben ist nicht eine Frommigkeit sondern ein Frommwerden, nicht eine Gesundheit sondern ein Gesundwerden*, Weimar ed., 7:337. Tyndale definiu a fé como “mãe de todas as boas obras, justificando-nos

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

antes que possamos apresentar quaisquer boas obras, justificando-nos antes que possamos apresentar quaisquer boas obras, como o homem desposa sua mulher, antes que possa ter filhos”. – *Wicked Mammon*, p. 56, 125. Os *Two Books of Homilies*, ed. de Oxford, p. 37, dizem: “Em oposição à fé morta, há na Escritura outra fé, que não é ociosa, infrutífera e morta, mas operante através da caridade e, como a outra é chamada fé vã ou fé morta, esta pode ser chamada fé desperta ou fé viva”, etc. Jewel, *Apol.* P. 66, escreveu que “não temos recompensa – mérito – de modo nenhum por nossas próprias obras... mas a fé verdadeira é viva e não pode de forma alguma ser ociosa”.

4. Smth: *age of the Reform*, p. 746, estabelece justa distinção entre os dois sistemas, ao dizer: “A balança de débito e crédito de obras externas e méritos foi posta à margem, sendo substituída por outra idéia mais nobre, ou, pelo menos, mais espiritual e menos mecânica, de moralidade desinteressada e salvação incondicional. O deus de Calvino pode ter sido um tirano, mas ele não era corruptível pelo suborno”. Que pode haver de mais intolerável do que a insolência de Denifle, quando representa a doutrina da justificação pela fé somente como a “parede de separação, por detrás da qual Lutero, o velhaco, podia pecar quanto quisesse, enquanto fosse protegido por ela para não ser apanhado?” A caricatura do Dominicano saiu tão às avessas, como sairia uma biografia que representasse a Washington como um vagabundo ou ladrão”.

5. Aqui vai uma história típica dos tempos de Wyclif: Um homem rico, Perys, não fez uma só boa obra, a não ser que, com todo o esforço, atirou uma fatia de pão a um mendigo, dizendo-lhe: “enche tua boca com isto”. Quando Perys morreu, nossa Senhora, por esse único ato de caridade, conseguiu para o pecador uma segunda oportunidade, de modo que não fosse para o inferno, mas regressasse à terra para emendar seus caminhos. O *Book of Homilies*, p. 62, traz entre outras superstições papísticas, “Saltérios e Rosários de nossa Senhora”, os quinze ossos, versos de S. Bernardo, Cartas de Sta. Águeda, missas satisfatórias, estações e jubileus, relíquias fingidas, sinos consagrados, pães santos de perdão, pão, água, palmas, velas, fogo e coisas semelhantes; jejuns, irmandades, perdões por estas mercadorias... que transformaram em coisas da maior santidade e elevação, pelas quais se alcança a vida eterna ou a remissão de pecados”. Os quinze ossos eram quinze orações da “santa virgem Sta. Brígida”, da qual se afirmava que “Todo aquele que diz essas orações por todo um ano, libertará quinze almas do purgatório, converterá quinze outros pecadores para uma vida piedosa e outros quinze justos de sua parentela perseverarão na vida

## DAVID S. SCHAFF – NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

---

piedosa, e terá o que desejar, se for para a salvação de sua alma”. A santa se havia habituado a rezar os Ossos na igreja de S. Pedro, em Roma. Os “Versos de S. Bernardo” se referem a versos dos Salmos que o diabo havia apontado ao santo, como coisa que o salvaria certamente, se os lesse. Quando o diabo se recusou a revelar quais eram os versos, S. Bernardo replicou que não fazia questão, pois lia todos os Salmos.